

Permanências e mutações dos liceus franceses, Do Primeiro Império ao início do século XXI*

Jean-Noël Luc**

Tradução: Maria Helena Camara Bastos***

Sabina Ferreira Alexandre Luz****

Resumo:

A criação do liceu por Bonaparte, em 1802, resulta de uma escolha política que inaugura o ensino secundário público de Estado. O liceu constitui a peça mestra e o modelo do sistema escolar encarregado de formar os futuros quadros e de contribuir para o governo das mentes. Mas se a influência napoleônica marcou, por um longo período, a organização do liceu, ela não o modelou. Esse artigo estuda as reinvenções, parciais ou totais, no curso dos grandes capítulos de sua história: uma criação contínua (1802 – anos de 1870), a substituição pelo liceu moderno do modelo napoleônico (1880 – reforma de 1902), as premissas da democratização (1925 e 1945) até a emergência do liceu de massa (depois dos anos 1960).

Palavras-chave:

história; França; liceu; ensino secundário; política escolar; reforma escolar; democratização da educação; educação das mulheres.

* Texto enviado especialmente para a *Revista Brasileira de História da Educação* – Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), com o título “Permanences et mutations des lycées français, du Premier Empire au début du XXI^e siècle”, em abril de 2006.

** Professor de história contemporânea da Sorbonne-Université Paris IV. Endereço: 1 rue Victor Cousin. 75230 Paris – França Cedex 05. E-mail: jean-noel.luc@paris4.sorbonne.fr.

*** Doutora em educação – história e filosofia da educação (Universidade de São Paulo – USP); professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS); pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**** Aluna do quinto semestre do curso de história da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/PUC-RS.

Permanency and mutation of the French secondary school, From the First Empire to the beginning of XXI century

Jean-Noël Luc

Translation: Maria Helena Camara Bastos

Sabina Ferreira Alexandre Luz

Abstract:

The creation of the lycée by Bonaparte, in 1802, is the result of a political choice, that inaugurates the public State secondary education. The lycée is a master part and the schoolar model system in charge of forming the future board and of contributing for the government of the minds. But if the Napoleonic influence marked, for a long period, the organization of the lycée, it did not shape it, in deed, of exclusive form. This article study the discovery of its claims, partially or totally, in the course of the studies great chapters of its history: a continuous creation (1802 – years 1870), the substitution for the modern lycée of the Napoleonic model (1880 – reform of 1902), the premises of the democratization (1925 and 1945) until the emergency of the mass lycées (after years 1960).

Keywords:

history; France; lycée; secondary education; pertaining to school politics; pertaining to school reform; democratization of the education; education of the women.

“Absolutamente remarcável”! De uma plumada, Lucien Febvre atribui o triunfo ao ensino secundário francês do fim do século XIX: “ele era verdadeiramente, do ponto de vista pedagógico, nosso todo poderoso Império do meio” (Febvre, 1939). Mas esquecemos freqüentemente a data do elogio: 1939. Sem as tensões que acompanham a especialização desse ensino desde a *belle époque*, o forte crescimento de sua clientela a partir de 1930, o ilustre observador teria situado seu apogeu um semi-século mais cedo? Não limitemos seu julgamento a um simples reflexo nostálgico: até o final do século XIX, a preponderância do secundário é incontestável. Durante décadas, o ensino primário deparou-se com as numerosas lacunas da escolarização, que persistiram em parte depois do voto da obrigação escolar. Muito modesto até os anos de 1880, o ensino superior das ciências e das letras depara-se, em seguida, com a organização das faculdades, depois das universidades. O secundário, ao contrário, dispõe, no final do século XIX, de uma rede de estabelecimentos, de uma clientela, de uma tradição pedagógica: enfim, de uma verdadeira identidade.

A imagem forjada por Lucien Febvre deve, no entanto, ser explicitada para prevenir o leitor de qualquer interpretação anacrônica. O lugar central atribuído ao ensino secundário do final do século XIX corresponde à supremacia institucional e intelectual que lhe dispensamos, e não à posição média nos cursos escolares que ocupará em seguida sob o nome de ensino de segundo grau¹.

Do ensino secundário ao ensino de segundo grau

Na França, a instrução que podemos qualificar, retrospectivamente, de secundária nasceu no fim da Idade Média, quando alguns colégios, fundados para acolher os estudantes bolsistas, absorvem o ensino

1. Esse panorama da história do ensino secundário e dos liceus foi realizado com a ajuda dos seguintes trabalhos: Caron (1996); Caspard, Luc e Savoie (2005); Compère (1985); Gerbod (1965); Gontard (1984); Mayeur (1977, 1981); Prost (1968, 1981).

das faculdades de artes. Frequentemente organizados segundo o modelo jesuítico, seus herdeiros do século XVIII, chamados colégios da humanidade, dedicavam um lugar predominante ao ensino das línguas antigas e das belas-letas. A lei de 11 floreal ano X (1° de maio de 1802), que organiza os liceus, menciona também as “escolas primárias” e as “escolas secundárias”, determinando que essas últimas ensinem “as línguas latim e francês, os primeiros princípios da geografia, da história e das matemáticas” (artigo 6). A identidade desses estabelecimentos distintos de escolas primárias é reforçada pela criação, entre 1806 e 1808, da universidade imperial, a nova corporação laica encarregada de assegurar o ensino público e de fiscalizar o ensino privado. Todo estabelecimento privado que ensine latim é considerado uma instituição diferente de uma escola primária e, obrigatoriamente, sujeita ao imposto universitário. A noção de “ensino secundário”, no sentido moderno do termo, aparece somente por ocasião dos debates da Restauração em torno da distinção entre três graus de ensino: uma “instrução primária”, limitada e destinada ao povo, um “segundo grau ou instrução secundária” (nos liceus, nos colégios, nos estabelecimentos privados) e uma “instrução superior” (nas faculdades e nas escolas do governo), reservadas, uma e outra, às classes abastadas. Mas se a expressão de ensino primário é largamente empregada, a de instrução ou de ensino secundário se impõe, somente a partir dos anos de 1830, nos discursos administrativos e na linguagem corrente (Chervel, 1998). Devemos, no entanto, saber que essas duas expressões não remetem mais à idéia de graus escolares sucessivos: elas designam sistemas paralelos, constituídos progressivamente e denominados também *ordres*, a partir dos anos de 1880, quando elas atingem sua expansão máxima.

A *ordre* primária reúne as instituições pré-elementares (as salas de asilo, que se transformam, a partir de 1881, em escolas maternais), as escolas primárias elementares, as escolas primárias superiores (EPS, previstas pela Lei Guizot de 1833, reorganizadas nos anos de 1880 e de onde surgem, a partir de 1892, os estabelecimentos mais profissionais, que se transformam nas escolas práticas de comércio e indústria), os cursos complementares (instituídos em 1886, para ministrar um ensino primário superior mais curto), as escolas normais de professores primá-

rios (ENI), abertas a partir de 1810, e as de professoras, criadas a partir de 1879, e, no topo do edifício, as escolas normais superiores (ENS) de Fontenay-aux-Roses (1880) e de Saint-Cloud (1882), encarregadas de formar os quadros. Esse ensino primário é sancionado, em último recurso, pelo diploma superior (preparado nas EPS e nas ENI) e pelo diploma de aptidão ao professorado nas EPS e nas ENI (preparado nas ENS), que não permitem, diferentemente do *baccalauréat*², o acesso ao ensino superior. Ele dispensa uma formação curta e com uma vocação prática, bem adaptada às expectativas das famílias populares e das classes médias inferiores, que lhes permanecem fiéis depois da abertura do ensino secundário a partir de 1925. Próximo ao primário, do qual se separa em 1892, mas onde recruta sempre os alunos, o ensino técnico é vinculado à instrução pública em 1920, quando reagrupa as escolas nacionais profissionais, as escolas práticas de comércio e indústria, e outros estabelecimentos profissionais.

O ensino público secundário acolhe sua clientela nos liceus, nos colégios e nos estabelecimentos privados, laicos ou eclesiásticos. Graças às suas classes primárias (da décima primeira à nona) e às suas classes elementares (a oitava e a sétima), às vezes complementadas pelas classes infantis, funciona largamente segundo o princípio do auto-recrutamento. Para dar uma educação comum às elites sociais, dispensa uma cultura geral abstrata e desinteressada, fundamentada nas humanidades, preparando, ao mesmo tempo, uma parte dos seus alunos para o bacharelado, indispensável para entrar na faculdade e nas “escolas do governo”, chamadas freqüentemente de “grandes escolas” a partir de 1880.

A lógica do sistema é tanto social quanto cultural. No primário, os estudos são parcialmente gratuitos até 1881 e, a partir dessa data, totalmente gratuitos. No secundário, os estudos são sempre pagos, inclusive para os externos. Ora, os bolsistas, previstos por Bonaparte, continuam raros por um longo tempo: 5% dos inscritos, no fim do Segundo Império, e 11%, no fim do século XIX, menos do que nos leva a crer o elogio republicano da meritocracia. Pode-se dizer, então, que apenas uma elite,

2. N.T. Exame de conclusão dos liceus.

selecionada sobretudo pelo seu nascimento e sua fortuna, beneficia-se do ensino secundário público: 2,2% da população dos dois sexos, entre 10 e 17 anos, em 1856, e 3,1%, em 1921. Nessas condições, é normal que a proporção de meninos de 19 anos recebida no *baccalauréat* seja ínfima: menos de 1%, no século XIX, e 3,6% em 1926³. Até a democratização do ensino secundário, iniciada com a instituição de sua gratuidade a partir de 1930, a dualidade escolar contribui, salvo exceção, para reprodução das classes dirigentes em um sistema fechado.

Desde a *belle époque*, e mais ainda depois da agitação social provocada pela Grande Guerra, os partidários da “escola única” condenam esse dispositivo em nome da democracia e da racionalidade. A burguesia, comenta em 1925 o filósofo Edmond Goblot (1967, p. 84), “necessita de uma instrução que permaneça inacessível ao povo, que lhe seja fechada, que seja a ‘barreira’”. Lógica e simples na aparência, a unificação do sistema escolar deveria sustentar múltiplos obstáculos, políticos, sociais, corporativos e culturais. Iniciada por Édouard Herriot, em 1926, acaba, um meio século mais tarde, com a criação, em 1963, dos colégios de ensino secundário, destinados a reagrupar todas as ramificações do primeiro ciclo; depois com a unificação, em 1976, das classes de sexta e quinta séries, é que se descobre que ela não resolve todos os problemas colocados pela heterogeneidade das aptidões e das necessidades. Nesse processo interminável, uma das implusões decisivas é dada por Jean Zay em 1936 e 1937. Para substituir a lógica da escolaridade única e progressiva àquela das ramificações paralelas, o ministro do Fronte Popular cria três novas direções, respectivamente, encarregadas do ensino do “primeiro grau”, do ensino do “segundo grau” e do ensino superior. As classes infantis e elementares, dos colégios e dos liceus, são associadas à primeira; as EPS, que recebem seus alunos a partir dos 13 anos (idade de entrada na quarta série do antigo secundário), passam para a autoridade do segundo grau, e as ENS, de Saint-Cloud e de Fontenay, para aquela do superior. Essa reforma coloca as bases do sistema esco-

3. Salvo menção contrária, as estatísticas citadas nesse artigo pertencem às seguintes publicações: Buisson (1911); INSEE (1971); Mailliet (1974); Prost (1968).

lar atual, no qual o ensino do segundo grau, herdeiro de uma parte do antigo secundário, não constitui mais que uma etapa obrigatória para todos os alunos que continuam seus estudos no ensino superior.

O nascimento de um modelo: o liceu

Os colégios de humanidades desaparecem na Revolução no ritmo da dispersão de seu patrimônio e de seu pessoal religioso. A 7 *ventôse* ano III (25 fevereiro 1795), um decreto da convenção termidoriana, substitui-os pelas escolas centrais, pelos externatos laicos independentes. Encarregadas, dentro da tradição dos enciclopedistas, do “ensino das ciências, das letras e das artes”, essas novas escolas reduzem o lugar das humanidades, multiplicam as cadeiras professorais e propõem cursos opcionais de matemática, física, química, ciências naturais, história, línguas vivas e desenho. Mas os problemas e as críticas se acumulam. O dinheiro e os locais, às vezes, fazem falta; a ausência de internatos penaliza os alunos do meio rural; os docentes continuam sendo de qualidade variada. Apesar das verdadeiras vitórias, as escolas centrais são suprimidas pela “lei geral sobre a instrução pública”, de 11 floral ano X (1º de maio de 1802), que organiza os liceus.

Por reação contra o espírito liberal das escolas centrais, o primeiro cônsul suprime a autonomia dos responsáveis locais, dos professores e dos alunos. Estritamente regulamentados e controlados, os liceus são providos de um corpo, nacional, de administradores e de professores, nas carreiras perfeitamente codificadas. Eles voltam-se às tradições dos colégios de humanidades, onde recuperam o sistema de internato, a lógica do estabelecimento, caracterizada pela sucessão de classes segundo um curso imposto (dois anos de “gramática”, dois de “humanidades”, um de “retórica”), as longas horas de estudo e, muitas vezes, os locais. A perda, antiga, da sociabilidade juvenil e do desenvolvimento físico do adolescente e imposição de uma disciplina monástica, empregnada de um espírito militar – os alunos usam uniforme, vivem no ritmo dos tambores e marcham – também estão presentes. A tradição inspira ainda o conteúdo do ensino: o estatuto de 19 de setembro 1809

rompe o equilíbrio das letras e das ciências em prol das línguas antigas e do dever escrito. A educação religiosa é restaurada graças à nomeação de um padre para as rezas coletivas e à missa dominical. “Essa caserna, resume o historiador Alphonse Aulard, era também um convento” (Aulard, 1911).

A primazia do liceu no sistema escolar – e nas memórias – não deve nos fazer esquecer que não possui o monopólio da instrução secundária. Depois da lei de 1802, como depois dos textos orgânicos da universidade imperial, em 1806 e 1808, essa instrução é ministrada, simultaneamente, pelas “escolas secundárias” comunais (chamadas colégios no decreto de 1808, depois colégios comunais em 1815), pelas escolas secundárias privadas (chamadas institutos ou pensões em 1808) e pelas escolas diocesanas preparatórias ao estado eclesiástico. Mas se o liceu não tem a exclusividade do ensino secundário, ele pode legalmente ministrá-lo até a preparação do *baccalauréat*, então em sua integralidade. Ao contrário, antes da aplicação liberal do monopólio universitário dos anos de 1830, depois sua abolição em 1850, pela lei Falloux, o nível e a natureza dos estudos secundários são teoricamente limitados nos estabelecimentos concorrentes e, especialmente – à exceção dos colégios chamados “pleno exercício”, como Stanislas ou Sainte-Barbe –, naqueles do setor privado, que devem enviar seus alunos para alguns cursos nos liceus ou no colégio vizinho. A hierarquia da universidade imperial reflete essa posição privilegiada: o liceu figura em segundo lugar, depois das faculdades, e antes dos colégios, dos institutos e das pensões.

A criação desse estabelecimento resulta de uma escolha política, que inaugura o ensino secundário público do Estado. Para a glória da Revolução e restauração da potência do país, o primeiro cônsul necessita de servidores fiéis e competentes. Estratégica, a formação dessa elite retém sua atenção desde suas primeiras etapas. O liceu é um dos cristais dessas “massas de granito”, que coloca sobre o solo da França, segundo sua expressão, para consolidar o novo regime e sua base social. Constitui a peça principal e o modelo do sistema escolar encarregado de formar os futuros quadros e de contribuir com o governo dos espíritos. A abertura, desde a origem, de classes elementares, primárias e infantis, no incio do curso escolar, e de classes preparatórias nas grandes escolas

científicas, no seu resultado, acaba com essa especialidade. Reunindo em um único estabelecimento toda a oferta educativa da ordem secundária, o liceu constitui uma instituição sem equivalente em qualquer outro ramo do ensino.

Presente pela primeira vez em um discurso regulamentar em 1802, seu nome pertence a uma série de termos de origem grega, na moda desde o fim do Antigo Regime, como museu ou pritaneu. Designa, originalmente, um bairro de Atenas colocado sob proteção de Apolo Lykeos e, por extensão, a escola de Aristóteles instalada nesse lugar em 335 a.C. Em reação contra a obra imperial, a Restauração batiza a instituição *collège royal*, substitui o hábito pelo uniforme, e o sino ao tambor. Em 1848, por iniciativa de Hippolyte Carnot, a Segunda República restabelece a denominação original (às vezes completada pelo adjetivo “nacional”), o uniforme e os exercícios militares. O Segundo Império acrescenta a qualificação de imperial, que a Terceira República suprime, sem a substituir. No começo do século XXI, duzentos anos depois da lei de 1802, o nome liceu designa ainda o principal estabelecimento de ensino do segundo grau, que é administrado por um provisor, um provisor adjunto (herdeiro do censor, instituído em 1802), um gestor ou agente contábil (sucessores do procurador-gerente, depois do ecônomo, que aparecem, respectivamente, em 1802 e em 1809) e os conselheiros de educação (descendentes dos inspetores gerais, presentes desde a origem em alguns liceus parisienses, mas mencionados somente nos textos regulamentares a partir de 1845).

A unidade de uma instituição perene

A estabilidade da instituição liceu transparece, durante muito tempo, através do conjunto dos estabelecimentos. Até 1939, o aumento do número de liceus de rapazes não é considerável, apesar de algumas épocas de forte crescimento a qual contribui à transformação de alguns colégios. Contamos 36 estabelecimentos em 1810, 38 em 1830, 56 em 1850 (depois da criação de uma quinzena nos anos de 1840), 83 em 1870 (depois de uma nova expansão no Segundo Império), 85 em 1882,

100 em 1887, depois 111 em 1900 (ou seja, uma inauguração a cada 20 meses, em média, entre a *belle époque* e a Segunda Guerra Mundial). Em longa duração, uma vez ultrapassadas as dificuldades dos primeiros recrutamentos, o efetivo dos alunos aumenta por etapas até o começo do século XX, sem conhecer grandes modificações com exceção da erosão do internato. Contamos em torno de 20 mil inscritos (internos e externos), em 1842 e ainda em 1854, 37 mil em 1870, 46 mil em 1880, depois 50 a 60 mil do final do século XIX até 1913, e em torno de 75 mil ao longo dos anos de 1920.

A oferta de instrução secundária é muito mais ampla, pois se apóia em uma rede, mais densa, de colégios comunais (267 para 85 liceus, em 1882) e de estabelecimentos privados (702 em 1882), que recebem, até os anos de 1870, mais alunos que o conjunto de estabelecimentos públicos. Mas a população escolarizada fora dos liceus continua, também, relativamente estável depois de um forte aumento no meio do século. Os colégios comunais acolhem 25 mil alunos em 1854, 33 mil em 1865 e 34 mil no fim do século. Nas mesmas datas, o setor privado, em que o forte crescimento dos estabelecimentos confessionais, a partir dos anos de 1850, não deve encobrir o declínio simultâneo das instituições laicas, recebe 64 mil alunos, depois 78 mil e 77 mil. Se estendermos a comparação até o ano de 1925, ou seja, antes da chegada dos alunos, em menor número, nascidos durante a Grande Guerra, que falseia a perspectiva, constatamos uma verdadeira estagnação dos efetivos do ensino, propriamente secundário, dos rapazes, tanto público quanto privado, a partir do começo da Terceira República. A forte demanda de ensino pós-elementar nas famílias populares e na pequena burguesia é, no entanto, atestada, no mesmo momento, pelo desenvolvimento do ensino primário superior masculino, cujos efetivos são multiplicados por três, apenas nas EPS, entre 1881 e 1931. Mas muitos obstáculos desviam essa clientela do ensino secundário e, particularmente, do caminho elitista dos liceus: a entrada precoce, em torno dos 10 anos, portanto antes de qualquer candidatura ao certificado de estudos primários, a duração do curso (7 anos, contra quatro nas EPS), a retribuição dos estudos, a parcimônia das bolsas e a ausência de formação prática. A dualidade escolar canaliza a demanda de instrução e o desejo de promoção para uma ramifica-

ção curta, que não ameace as hierarquias sociais tradicionais. Até os anos de 1930, conclui Antoine Prost (1968, p. 331), “o malthusianismo do ensino secundário é uma verdadeira política”.

A estabilidade do liceu está ligada também à perenidade da sanção do seu ensino. No início do século XXI, ainda prepara seus alunos ao *baccalauréat*, o primeiro grau das faculdades, segundo o decreto de 17 março de 1808, em que as provas se baseiam sobre o programa das grandes classes depois das instruções de Victor Duruy em 1864. Esse diploma resistiu à denominação recorrente de sua preparação – *le bachotage*⁴ – e do peso de sua organização, como aos projetos de supressão apresentados depois de 1968. Com algumas modificações, às vezes contraditórias, continua a ser o coroamento do ensino secundário e do bilhete de entrada nas faculdades – sempre privadas do direito de controlar o fluxo de estudantes do primeiro ano.

No começo do século XXI, podemos ainda assinalar a continuidade do recrutamento da elite dos professores de liceu pelo concurso de agregação. Instituído, em 1766, para resolver a crise de recrutamento dos mestres nos colégios parisienses, depois da expulsão dos jesuítas, esse concurso é abandonado sob a Revolução. Teoricamente restabelecido pelo decreto orgânico da universidade imperial de 17 de março de 1808, só é realmente organizado a partir de 1821, com um recrutamento para as ciências e dois para as letras, segundo o nível das classes. É, em seguida, progressivamente especializado entre 1828 e 1840 (a agregação de história e de geografia aparecendo em 1830), depois novamente entre 1857 e 1869, após o restabelecimento das duas séries de provas – uma para as letras, outra para as ciências – por Fortoul. A proporção de agregados dentre os professores de liceus (onde exercem também os licenciados e os titulares do certificado de habilitação para o ensino das línguas vivas) eleva-se a 51% em 1842, na época dos colégios reais, 36% em 1865 e 48% em 1876. Com a chegada, no fim dos anos de 1870, de um verdadeiro ensino superior de letras e de ciências, a agregação, que recebe, em 1885, sua organização moderna baseada em longas composições e em

4. N.T. Preparação intensiva para o *baccalauréat*.

grandes lições, transforma-se na via normal de recrutamento. Os agregados representam 55% dos professores das classes secundárias dos liceus em 1887, em torno de dois terços na *belle époque* e até três quartos no meio dos anos de 1920. O crescimento do número de professores do secundário nos anos de 1930, na época das premissas da democratização, depois a integração das escolas primárias superiores no segundo grau, sob o nome de colégios modernos, em 1941, reduzem consideravelmente essas proporções antes mesmo da instituição, em 1950, do certificado de habilitação ao ensino secundário (CAPES). Mantido em torno de 25% até 1958, a porcentagem de agregados, entre o conjunto de professores do segundo grau, cai para 16% em 1965, 12% em 1970, 7% em 1992 e 11% em 2002. Nessa última data, eleva-se no entanto a 30% em relação somente aos professores titulares dos liceus (Verneuil, 2005, p. 140 e p. 239). Podemos estimar que a elite do *corpus* professoral desses estabelecimentos é recrutada, desde o fim do século XIX, por um concurso que sanciona geralmente uma formação de alto nível em uma dada disciplina.

Em 1968, alguns observadores da instituição sublinhavam também a resistência do seu ensino, que eles associavam a um modelo napoleônico rebaixado. Na realidade, os programas e as práticas pedagógicas do liceu dos *sixties* enraizavam-se nas iniciativas inovadoras dos responsáveis republicanos entre 1880 e 1902. Os reformadores tinham, então, questionado o sistema herdado do colégio de humanidades, que reservava o essencial das classes, de uma duração de dez horas, à correção do trabalho pessoal efetuado durante os estudos e à distribuição de novos exercícios. Com certa dificuldade, eles tinham imposto ou generalizado os cursos magistrais de uma hora, efetuados em princípio pelos professores especializados, um emprego de tempo preciso, as classes homogêneas em relação ao nível e à idade dos alunos, a nota de 0 a 20 e o livro escolar. Sobre o plano pedagógico, não se contentaram de consagrar a chegada de um ensino moderno; reagindo contra a memorização, a retórica e o exercício do discurso, eles tinham privilegiado, por um lado, o método experimental, a observação e a análise dos fatos, e, por outro lado, a explicação do texto, a dissertação e a versão. Enfim, haviam consagrado, em 1902, a chegada do curso clássico dando um grande espaço às ciências e ao ensino moderno, sem latim.

No fim do século XIX e em alguns estabelecimentos até os anos de 1930, a vida cotidiana dos alunos do liceu podia parecer imutável. Instalados, na metade dos casos, até os anos de 1970, nos prédios dos antigos colégios, os liceus mantinham seus alunos afastados do mundo das salas, às vezes desconfortáveis, e dos cursos obscuros. A vida comum é rude, particularmente para os internos, a higiene deplorável e a disciplina severa. Em 1888, o filósofo Henri Marion, um dos relatores da comissão encarregada, sob a presidência de Jules Simon, de refletir sobre uma reforma, pergunta-se “como modificar o modelo militar sobre o qual o liceu foi concebido, ao ponto de fazer uma escola de autonomia para os voluntários?” (apud Prost, 1968, p. 345). A reflexão resultará somente em medidas de detalhes, como a permissão de falar durante os deslocamentos e no refeitório, ou a supressão do seqüestro em uma cela! Mas, na *belle époque*, a vida cotidiana do pensionato Maurice Genevoix ainda era ritmada pelas batidas dos tambores, restabelecido em 1848⁵. “De Iéna à batalha de Marne, a vida cotidiana nos liceus e nos colégios não modifica nada, a não ser por detalhes insensíveis”, conclui Paul Gerbod no fim de seu estudo – o primeiro do gênero – sobre as condições de existência nos liceus do século XIX (Genevoix, 1980, p. 74).

O peso do internato no protótipo do liceu e nas lembranças não deve, no entanto, mascarar seus limites, nem seu recuo a partir do final dos anos de 1860. Próximo de dois terços dos alunos no meio do Império, a proporção desses pensionistas evolui entre 40% e 50% do início da Restauração ao meio do século, atinge às vezes 56% nos anos de 1860, depois diminui regularmente ao longo das décadas seguintes: 51% em 1872, 44% em 1890, 38% em 1898 e 29% em 1908. A nova sensibilidade dos pais os conduz a privilegiar a fórmula do externato, mais precisamente do externato vigiado, que permite conciliar a escolarização no liceu e a vida de família. Outros indícios de evolução e de diferenciação transparecem em filigramas das observações precedentes sobre a permanência da rede de estabelecimentos, do bacharelado, dos ensinos e do modo de recrutamento dos professores. Se a influência

5. Maurice Genevoix, *Trente mille jours*, Paris, Le Seuil, 1980, p. 74.

napoleônica marcou, por um longo período, a organização do liceu e sua imagem, ela não o modelou, uma vez por todas, de forma exclusiva. Observando mais particularmente as rudezas do panorama, descobrimos uma outra história, ritmada pelas diferenças e pelas descontinuidades.

Metamorfoses e diversidade dos liceus

As transformações dos liceus obedecem a causas múltiplas – políticas sociais, demográficas, culturais – muitas vezes estreitamente ligadas. Para entrever esse processo, evocaremos algumas grandes etapas das mudanças do quadro institucional, da oferta de ensino e do público.

No século XIX, para uma grande parte da opinião, os valores moral e intelectual do humanismo antigo justifica a primazia de seu estudo, que já inspirava o ensino dos colégios do Antigo Regime. Os adversários dessa preponderância a reprovam de ignorar os progressos das ciências e das técnicas, as necessidades da sociedade contemporânea e as exigências da preparação aos concursos das grandes escolas científicas. Herdeira das Luzes, depois renovada, na época do debate em torno da questão da escola única, pela denúncia do papel da barreira social exercida pelo latim, a controvérsia persiste até o século XX. Na sua versão original, o liceu napoleônico estabelecia um equilíbrio entre as letras e as ciências, mas a Restauração, em 1809, a preeminência das línguas antigas, inaugura um processo que Françoise Mayeur (1977, p. 504) chama justamente o “movimento pendular”. Ao longo das reformas, as ciências, conservam um lugar importante apenas nas classes preparatórias às grandes escolas. Fora disso, elas são tratadas como um acessório, repelidas para além da retórica (atual primeira série), ou distribuídas mais equitativamente ao longo do curso, às vezes em companhia das línguas vivas e da história, que se beneficiam da abertura momentânea dos programas. Mas nenhuma inovação, nenhum retorno ao passado, consegue impor-se duravelmente. Nessas condições, a formação dos quadros médios da indústria e do comércio é muito parcialmente assegurada por um modesto ensino especial, que apareceu sob a Restauração e, freqüentemente, integrado pela Monarquia de Julho às

escolas primárias superiores, anexadas a certos liceus. Reorganizada por Victor Duruy, entre 1863 e 1865, sob o nome de “ensino secundário especial”, essa ramificação pretende dispensar uma formação útil, ou até mesmo profissional, estrangeira à cultura do secundário tradicional, e formar o espírito sem recorrer às humanidades clássicas. Ela encontra um grande sucesso.

No fim do Segundo Império, o estabelecimento principal do ensino secundário contém, então, não mais dois, mas três cursos diferentes: um ensino literário, baseado na cultura clássica e sancionado pelo bacharelado em letras; das classes preparatórias às grandes escolas, que conduzem eventualmente ao bacharelado em ciências dos alunos retirados das últimas classes da ramificação literária; e um ensino especial, que prepara mais rapidamente para as carreiras industriais e comerciais. Ao longo das duas últimas décadas do século XIX, a crise das humanidades e o desenvolvimento de um verdadeiro ensino superior literário e científico impõem reformas mais profundas. Os responsáveis republicanos que renovam, como vimos, a pedagogia do liceu, especializam também seus ensinamentos, institucionalizando definitivamente a ramificação ordenada ao lado das humanidades clássicas. Dotado em 1882 de seu próprio bacharelado, batizado “moderno” em 1891, o ensino especial é progressivamente integrado ao secundário tradicional. A reforma de 1902 termina a evolução afirmando a unidade do ensino secundário, repartido entre dois ciclos, cujas diversas seções comportam estudos iguais em duração e em valor. No segundo ciclo, a partir da segunda série, três seções clássicas (entre as quais uma atribui um lugar importante às ciências) e uma seção moderna (sem latim) conduzem a um bacharelado único, com quatro opções. Mas o lustro durável das letras antigas, como as tentativas do ensino do francês nessa língua, torna ilusória a paridade teórica dos cursos. Em 1925, uma reforma tenta aproximá-los unificando os programas científicos do segundo ciclo e reunindo os alunos das diferentes seções em cursos comuns de francês. Sua reforma não resulta em soluções duráveis e a ramificação moderna continua inferior, na sua imagem e no seu recrutamento, até a ascensão das seções científicas a partir dos anos de 1950. O novo interesse das escolas de comércio e das faculdades de medicina para as ciências matemáticas ilustra a mudança

progressiva da hierarquia das ramificações escolares, com um fundo de discurso modernizador e de elogio da formação científica. Em 1965, a especialização crescente das seções do segundo ciclo e das séries – teoricamente iguais – do bacharelado favorece, de fato, a orientação de bons alunos para a seção C, cuja seleção é feita pelas matemáticas. O novo critério impõe-se mesmo aos *hypokhâgneux*⁶, a elite literária, dentre a qual aumenta a proporção de titulares de um bacharelado C ou de um bacharelado D (a antiga série ciências experimentais).

Os reformadores republicanos, do fim do século XIX, provocaram uma outra ruptura ao se interessar por uma clientela até então negligenciada pelo Estado, salvo sob o ministério de Victor Duruy: as mulheres. A Lei Camille Sée, de 21 de dezembro de 1880, institui os externatos secundários femininos, para os quais a ENS de Sèvres, criada em 1881, deve fornecer uma elite de professores. A nova rede desenvolve-se progressivamente: 16 liceus e colégios de meninas existem em 1887, 57 em 1893, 103 em 1906, 154 em 1921 e 172 (sendo 79 liceus) em 1939 (INSEE, 1971, pp. 27-28). Destinados à preparação de um simples diploma de conclusão de estudos secundários, os liceus femininos não conduzem suas alunas à universidade. O que não as impede de transformarem-se no crisol das humanidades, fundadas sobre o estudo do francês, das ciências, de uma língua viva, da história e da geografia. Mas eles não resistem indefinidamente à ascensão do protótipo masculino e da tradição clássica. O decreto de 25 de março de 1924 inaugura uma série de textos que aproxima o ensino secundário feminino de seu homólogo masculino e que autoriza a preparar oficialmente para o bacharelado.

Nessa mesma época, os liceus entram, ainda muito timidamente, em uma nova etapa de sua história: a democratização⁷. Em 1926, a chegada à idade da escolaridade pós-elementar, das classes de alunos menos numerosos nascidos durante a Grande Guerra, toca particularmente o secundário, já em concorrência com o primário superior e o setor privado. As medidas tomadas para frear a queda dos efetivos dos colégios

6. N.T. Letras, curso de preparação à ENS.

7. Esse desenvolvimento é baseado em Briand, Chapoulie e Péretz (1979, pp. 391-421).

e dos liceus – aumento do número de bolsas, anexação de várias EPS, facilitação da seleção – alargam um pouco sua clientela. Nos liceus masculinos, os bolsistas representam 16% dos alunos das classes secundárias em 1921, mas 28,5% em 1930. Depois de estagnado entre 75 mil e 78 mil alunos durante os anos de 1920, os efetivos desses estabelecimentos aumentam a partir de 1930 e não param de crescer até chegar ao total de 125 mil alunos em 1938-1939. Simultaneamente, as taxas de escolarização masculinas no conjunto das sextas séries públicas, situadas entre 4,2% e 4,6% antes de 1926, ultrapassam 6%, a não ser por duas exceções. Os liceus saem de um longo período de malthusianismo para entrar em uma fase de crescimento durável. Esse crescimento, que se encontra no conjunto do secundário público, resulta da chegada das gerações, mais numerosas, do pós-guerra e da supressão, entre 1928 e 1933, da retribuição escolar nas classes secundárias públicas. Conjugada com a saturação das EPS, a gratuidade do externato facilita o acesso ao liceu de alguns alunos das classes médias inferiores. No entanto, o espírito de distinção não desapareceu do uso social desses estabelecimentos. Privadas de um corpo docente específico em 1925, mas sempre pagas, salvo exceção, as classes elementares (e infantis) dos liceus de meninos e meninas acolhiam 40.400 crianças, em 1938, ou seja, 22% do efetivo total dos alunos.

Pela hostilidade ao espírito da escola única, o regime de Vichy aproxima a gratuidade do segundo ciclo e o professorado das classes elementares pela Lei Carcopino de 15 de agosto de 1941. Mas, paradoxalmente, essa lei continua a ampliar a clientela do ramo secundário, transformando as EPS e as escolas profissionais em colégios modernos ou técnicos. Para consolidar o ensino secundário e simplificar o trabalho de gestão, o Estado francês escolheu associar ao primeiro os principais estabelecimentos encarregados de satisfazer a demanda de escolarização pós-elementar da pequena burguesia e dos meios populares. Na Liberação, o restabelecimento da gratuidade do segundo ciclo e a supressão oficial do “pequeno liceu” – que não desaparecerá antes dos anos de 1960 – relançam o antigo processo de democratização na sua globalidade. A ruptura mais importante na história da instituição do li-

ceu produz-se durante as três décadas seguintes, as “Trinta Gloriosas”, sobre fundo de expansão e de democratização massiva da escolarização.

O futuro do liceu de massa

No curso da “explosão escolar”, segundo a fórmula empregada, desde 1961, pelo diretor do instituto pedagógico nacional Louis Cros (1961), o número de alunos dos liceus triplica entre o fim dos anos de 1940 (326 mil) e o ano de 1961a 1962 (1.009.000). Em seguida, e quando esses estabelecimentos perdem suas classes de primeiro ciclo a partir de 1963, a população do seu segundo ciclo longo dobra praticamente entre 1961 e 1962 (353 mil alunos) e 1971 e 1972 (684 mil). Muitos fatores alimentam esse crescimento espetacular e contínuo: o crescimento durável da natalidade depois de 1945, a necessidade de empregar uma mão-de-obra mais instruída, especialmente em razão do desenvolvimento do comércio terciário, o prolongamento, em 1959, da escolarização obrigatória para 16 anos, a elevação do nível de vida, o desejo de promoção.

As múltiplas transformações favorecem ou acompanham essa expansão. Simultâneas ou sucessivas, modificam profundamente a identidade do liceu herdada da Terceira República e mesmo, para seus componentes, da forma napoleônica. A rede dos liceus aparecerá estável se aproximarmos os 1.244 liceus de 1968 ou os 1.139 liceus de 1985 dos 1.319 estabelecimentos de 1939 dos quais descendem (liceus, colégios, EPS e estabelecimentos técnicos)⁸. Mas essa permanência mascara, pelo menos, duas mudanças. O tamanho dos estabelecimentos aumentou bastante para absorver o excedente da clientela: um milhão de alunos, em média, em 1968 contra 350 em 1939. Sobretudo, a criação, a partir de 1963, dos colégios de ensino secundário (CES) priva progressivamente os liceus das classes de primeiro ciclo, e até mesmo seus edifícios históricos diante de um liceu novo, circulado de espaços verdes, de canchas

8. Fontes estatísticas desse desenvolvimento: Ministério da Educação Nacional (1969a, p. 21 e p. 36 ; 1969b, p. 14 e p. 263); BUS (s.d., p. 41).

de esporte e de estacionamento, abandona seus velhos locais a um CES. A metamorfose da instituição repousa agora na diversidade de seu ensino e de suas denominações. A partir da Liberação, o liceu não prepara mais somente seus alunos para um bacharelado literário (série filosófica) ou científica (série matemática), herdeiros dos diplomas do século XIX, mas também aos bacharelados das ciências experimentais (1946), matemática e técnica (1947), técnica e economia (1954). E, a essas séries gerais (denominadas, após reagrupadas, A, B, C, D, E), o decreto de 10 de junho de 1965, que organiza a situação do segundo ciclo por 20 anos, adiciona ainda as séries F, G e H do novo bacharelado de técnico. Os qualificativos oficiais utilizados até os anos de 1970 refletem os esforços de adaptação às evoluções da economia, da sociedade e do sistema educativo. Aos liceus “clássicos” e “modernos”, herdeiros da reforma de 1902 e rebatizados liceus “de ensino geral”, acrescentam-se os liceus “técnicos” (nome dado, em 1959, às escolas nacionais profissionais e aos colégios técnicos), os liceus “agrícolas” (instituídos pela lei de 1960 e o decreto de 1961), os liceus de “ensino profissional” (nome dado, em 1976, aos colégios de ensino técnico), depois os liceus de “ensino tecnológico”.

Os liceus mudam também, e não somente em suas origens sociais, mais amplas, e na sua idade, mais elevada depois do desaparecimento do primeiro ciclo em 1963. O liceu para todos é o liceu de todos os níveis, no qual a heterogeneidade aumentada das capacidades e das expectativas dos alunos coloca delicados problemas pedagógicos e administrativos. O liceu, depois de 1968, é um espaço de vida mais liberal, onde os adolescentes, maiores com 18 anos desde 1974, elegem os delegados, militam, flertam, ao passo que a distribuição de prêmios, a associação de antigos alunos e outros vestígios de velhos ritos comunitários acabam por desaparecer. O liceu dos *seventies* ainda é aquele “misto”, instituído no segundo grau em 1957 para responder à penúria de locais de ensino e de professores, imposto em todos os liceus novos a partir dessa data, mas generalizado somente no segundo ciclo, depois do abalo de 1968. Tanto a fundação do liceu de moças havia sido discutida, que a escolha oficial do sistema misto, três quartos de século mais tarde, não parece ter suscitado muita emoção. A evolução dos costumes prepa-

rou suficientemente o terreno? Ou a ausência de projeto educativo explícito impediu qualquer grande debate?

Uma nova transformação na história dos liceus produz-se no meio dos anos de 1980. Depois da instalação de um governo de esquerda, em 1981, uma grande reflexão nacional é organizada sobre o sistema escolar. Presidida por Antoine Prost, professor da Sorbonne, uma comissão foi encarregada de redefinir o liceu “na porta do século XXI”. Seu programa está à altura da jogada: imaginar como essa instituição, logo bicentenária, pode assegurar o duplo desafio de “conseguir um ensino de massa, sem comprometer, e até mesmo ao contrário melhorando, a qualidade dos estudos” (Prost, 1983, p. 274). Concretamente, três decisões engajam o herdeiro do estabelecimento napoleônico em uma nova fase de transformação e de crescimento. Jean-Pierre Chevènement, nomeado ministro em julho de 1984, convida-o a conduzir, no ano 2000, 80% de uma faixa etária ao nível do bacharelado. Conservada por todos os governos seguintes, essa ambição impõe ampliar ainda mais o jogo dos ensinos e revalorizar mais as ramificações tecnológicas e profissionais. A Lei Carraz, de 23 de dezembro de 1985, empenha-se em reafirmar essa dignidade criando um bacharelado profissional, preparado especialmente nos liceus “profissionais”, colocados em igualdade com os outros estabelecimentos. A evolução coloca a polivalência das estruturas: os novos liceus, “de ensino geral e tecnológico ou de ensino tecnológico e profissional”, reagrupam os dois tipos de formação. Simultaneamente, a descentralização posta em prática melhora o quadro material da instituição. Transformados em estabelecimentos públicos de ensino pela lei de 22 de julho de 1983, os liceus são, em seguida, postos sob a autoridade das regiões, para tudo aquilo que concerne aos seus prédios e seu funcionamento, pelo decreto de 30 de agosto de 1985. Ora, as coletividades regionais assumem plenamente suas novas responsabilidades financiando as grandes obras de construção – perto de 250 liceus novos aparecem antes do fim do século – e de renovação.

Essa rápida mirada na história dos liceus revela uma amálgama de permanências, de mudanças e de rupturas. Sem dúvida, as transformações anteriores aos anos de 1930 parecem mínimas se comparadas às transformações do século XX. Sem dúvida, podemos assinalar, antes

disso, a resistência de várias estruturas ou o caráter marginal de algumas modificações. Mas o estabelecimento legado por Napoleão não ficou tão imóvel quanto nos fazem crer as imagens, cômodas, da escola-caserna ou da escola-prisão. Nenhuma instituição escolar fica, aliás, indefinidamente impermeável às evoluções da sociedade, da cultura e dos costumes. Fortemente marcado pelo tamanho original, o liceu é várias vezes retocado, ou até mesmo transformado, nos seus prédios, funcionários, professores e alunos. Podemos ler sua história como uma sucessão de reinvenção, parciais ou totais: uma criação contínua (1802 – anos de 1870), a substituição pelo liceu moderno do modelo napoleônico (1880 – reforma de 1902), as premissas da democratização (1925 e 1945) até a emergência do liceu de massa (depois dos anos de 1960).

Em 2002, a celebração do bicentenário dos liceus dá um novo impulso à sobreguarda dos recursos, à pesquisa e às publicações. Novas monografias sobre o estabelecimento foram publicadas ou colocadas no campo. O *Service d'histoire de l'éducation* (SHE/Institut National de Recherche Pédagogique-Centre National de la Recherche Scientifique – INRP-CNRS) consagrou ao ensino secundário um número especial da revista *Histoire de l'éducation*⁹. Várias manifestações ocorreram em Paris. Uma jornada de estudos sobre os arquivos e as coleções de objetos dos liceus, organizada pelo *Centre Historique des Archives Nationales*, testemunhou o trabalho recentemente empreendido para preservar e inventariar esse vasto patrimônio (Charmasson & Le Goff, 2003). Co-organizado na Sorbonne pelo *Centre Roland Mousnier* (CNRS e a Universidade Paris IV-Sorbonne) e o SHE (INRP-CNRS), o colóquio “Lycées et lycéens en France, XIXe-XXe siècles” reuniu alguns pesquisadores em torno da invenção de um estabelecimento secundário de Estado e de suas mutações. O congresso anual da *Association Internationale d'Histoire de l'Éducation* (International Standing Conference for the History of Education – ISCHE), reunido na Sorbonne

9. Com uma reflexão, na introdução, sobre a problemática do assunto: “L'établissement secondaire et l'histoire de l'éducation”.

e no liceu Louis-le-Grand, com a promoção do SHE e da Universidade Paris IV, debateu sobre a história institucional, cultural e social do ensino secundário em 26 países, cuja metade era não-européia¹⁰. Enfim, um colóquio internacional sobre “La création des lycées et la politique scolaire de Napoléon”, organizado pelo Institut Napoléon e pela biblioteca Marmottan, reuniu mais de vinte intervenções sobre a aplicação da lei de 1802, o funcionamento da universidade, a vida nos liceus e a exportação do modelo napoleônico na Holanda, na Itália, na Espanha e no ducado de Varsóvia (Boudon, 2004). Publicados em 2005, os atos do colóquio da Sorbonne apresentam, na introdução, um vasto panorama historiográfico e bibliográfico sobre os liceus franceses dos anos de 1860 aos nossos dias (Luc in Caspard, Luc & Savoie, 2005).

Referências bibliográficas

AULARD, Alphonse. *Napoléon Ier et le monopole universitaire*. Paris: A. Colin, 1911.

BOUDON, Jacques-Olivier (org.). *Napoléon et les lycées*. Enseignement et société en Europe au début du XIXe siècle. Paris: Nouveau Monde Éditions-Fondation Napoléon, 2004.

BRIAND, Jean-Pierre; CHAPOULIE, Jean-Michel; PÉRETZ, Henri. *Les conditions institutionnelles de la scolarisation secondaire des garçons entre 1920 et 1940*. S.l.: RHMC, 1979.

BUISSON, Ferdinand (org.). *Nouveau dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire*. T. II. Paris: Hachette, 1911.

BUS. *Recueil de statistiques scolaires et professionnelles, 1949 – 1950 – 1951*. Paris: CNDP/INSEE, s.d.

CARON, Jean-Claud. Les jeunes à l'école : collégiens et lycéens en France et en Europe (fin XVIIIe-fin XIXe siècles). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Histoire des jeunes en Occident*. 2. L'époque contemporaine. Paris: Le Seuil, 1996.

10. Algumas intervenções foram publicadas em Mineke van Essen e Rogers (2001) e em Savoie, Bruter e Frijoff (2004).

CASPARD, Pierre; LUC, Jean-Noël; SAVOIE, Philippe (orgs.). *Lycées, lycéens, lycéennes*. Deux siècles d'histoire. Paris: INRP, 2005.

CHARMASSON, Thérèse; LE GOFF, Armelle (org.). *Mémoires de lycées*. Archives et patrimoine. Paris: DAF-INRP, 2003.

CHERVEL, André. “*De quand date l’enseignement secondaire ?*”, dans *La culture scolaire*. Une approche historique. Paris: Belin, 1998.

COMPÈRE, Marie-Madeleine. *Du collège au lycée, 1500-1850*. Généalogie de l’enseignement secondaire français. Paris: Gallimard, 1985.

_____.; SAVOIE, Philippe. L’établissement scolaire. Des collèges d’humanités à l’enseignement secondaire, XVe-XXe siècles. *Histoire de l’éducation*, n. 90, maio 2001.

CROS, Louis. *L’explosion scolaire*. Paris: CIUP, 1961.

FEBVRE, Lucien. Vue d’ensemble. Cinquante ans d’enseignement français. In: CÉLESTIN, Bouglé (org.). *Éducation et instruction*. T. XV, l’Encyclopédie française. Paris: SGEF, 1939.

GENEVOIX, Maurice. *Trente mille jours*. Paris: Le Seuil, 1980.

GERBOD, Paul. *La condition universitaire en France au XIXe siècle*. Étude d’un groupe socio-professionnel: professeurs et administrateurs de l’enseignement secondaire public de 1842 à 1880. Paris: PUF, 1965.

_____. *La vie quotidienne dans les lycées et les collèges au XIXe siècle*. Paris: Hachette, 1968.

GOBLOT, Edmond. *La barrière et le niveau, étude sociologique sur la bourgeoisie française moderne (1925)*. 2. ed. Paris: PUF, 1967.

GONTARD, Maurice. *L’enseignement secondaire en France de la fin de l’Ancien Régime à la loi Falloux, 1750-1850*. Millau: Édisud, 1984.

INSEE. *Annuaire statistique de la France, résumé rétrospectif*. Paris: Imprimerie nationale, 1971.

LUC, Jean-Noël. Á la recherche du tout puissant empire du milieu. In: CASPARD, Pierre; LUC, Jean-Noël; SAVOIE, Philippe (orgs.). *Lycées, lycéens, lycéennes*. Deux siècles d’histoire. Paris: INRP, 2005, p. 11-57.

MAILLET, J. L’évolution des effectifs de l’enseignement secondaire de 1809 à 1961. In: CHEVALLIER, Pierre (org.). *La scolarisation en France depuis un siècle*. Paris/La Haye: Mouton, 1974.

MAYEUR, Françoise. *L'enseignement secondaire des jeunes filles sous la Troisième République*. Paris: PFNSP, 1977.

_____. *De la Révolution à l'école républicaine*. T. III, Histoire générale de l'enseignement et de l'éducation en France. In: PARIAS, Louis-Henri. Paris: NLF, 1981.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL. *Tableaux de l'Éducation nationale*. Statistiques rétrospectives, 1958-68. Paris: IN, 1969.

_____. *Tableaux des enseignements et de la formation*. Statistiques rétrospectives, 1967-68 – 1976-77. Paris: IN, s.d.

PROST, Antoine. *Histoire de l'enseignement en France, 1800-1967*. Paris: A. Colin, 1968.

_____. *L'école et la famille dans une société en mutation (1930-1980)*. T. IV, Histoire générale de l'enseignement et de l'éducation en France. In: PARIAS, Louis-Henri. Paris: NLF, 1981.

_____. *Les lycées et leurs études au seuil du XXIe siècle*. Rapport au directeur des lycées présenté par le groupe de travail national sur les seconds cycles. Paris: MEN, nov. 1983.

SAVOIE, Philippe; BRUTER, Annie; FRIJOFF, Willem. Secondary education: institutional, cultural and social history. *Paedagogica Historica*, XL-I & II, abr. 2004.

VAN ESSEN, Mineke; ROGERS, Rebecca. Les enseignantes, XIXe-XXe siècles. *Histoire de l'éducation*, n. 98, maio 2001.

VERNEUIL, Yves. *Les agrégés*. Histoire d'une exception française. Paris: Belin, 2005.

Endereço para correspondência:

Maria Helena Câmara Bastos e Sabina Ferreira Alexandre Luz

PPGE-PUC-RS

Av. Ipiranga, 6681, Prédio 15, sala 382

Porto Alegre-RS

CEP 90619-900

E-mail: mhbastos@pucrs.br

Recebido em: 19 maio 2006

Aprovado em: 29 set. 2006